

FICHAS DE CONTRATAÇÃO DA COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA COMO FONTES PARA ANÁLISES ECONÔMICAS DA POPULAÇÃO NEGRA EM SÃO PAULO ENTRE 1920 E 1930

HIRING FORMS OF COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA AS SOURCES FOR ECONOMIC ANALYSIS OF THE BLACK POPULATION IN SÃO PAULO BETWEEN 1920 AND 1930

Michele Silva Joaquim^{a,®}

^aDoutoranda em História Social pela Universidade Estadual de Campinas; Mestra em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2023). Possui experiência na área de História e Arquivos, atuando principalmente nos seguintes temas: preservação documental, trabalhadores negros e pós-abolição em São Paulo. Recebeu o prêmio de melhor artigo da 30ª edição da Revista História e Economia do Instituto Lima Barreto em parceria com a Rede de Historiadorxs Negrxs. ®Contato principal: miguns220@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo trazer elementos da história econômica da população negra em São Paulo entre 1920 e 1930, por meio da análise das fichas de contratação de funcionários da Companhia Antartica Paulista (CAP) no período mencionado. Através de pesquisas documentais e bibliográficas e da metodologia da História Serial, buscamos diminuir a lacuna existente na historiografia que demonstre a presença dos negros na indústria paulistana pós-abolição. Por se tratar de pesquisa em fonte primária, contribuiremos para estudos sobre a difusão dessas fontes, afinal as ausências de pesquisas se dão em grande parte pela falta de acesso aos documentos. Por meio dos 15 campos de preenchimento, analisamos: moradia, salários e custos de vida. Uma rica fonte que nos trouxe indícios dessa população que ainda carece de estudos sobre sua inserção no mercado de trabalho formal na cidade de São Paulo entre 1920 e 1930.

Palavras-chave

Fichas de contratação | trabalhadores | negros | São Paulo | Companhia Antartica Paulista

Códigos JEL

J15 | L22 | N16 | N36

Abstract

This article aims to shed light on the economic history of the black population in São Paulo between 1920 and 1930, through the analysis of employee hiring records of the Companhia Antartica Paulista (CAP) in this period. Through documentary and bibliographical research and the Serial History methodology, we seek to reduce the gap in the historiography on the presence of black people in the post-abolition industry in São Paulo. As this is primary source research, we will contribute to studies on the dissemination of these sources; after all, the absence of research is largely due to the lack of access to documents. Using the 15 slots to fill in, we analyze: housing, salaries, and living costs. These employee records provide a rich source of information concerning this population that still lacks studies on its insertion in the formal job market in the city of São Paulo between 1920 and 1930.

Keywords

Hiring form | workers | black peoples | São Paulo | Companhia Antartica Paulista

JEL Codes

J15 | L22 | N16 | N36

Introdução

Este artigo faz parte da pesquisa desenvolvida na dissertação: Onde estão os negros? Trabalhadores da Companhia Antártica Paulista entre 1920 e 1930, defendida em abril de 2023 no programa de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Para compreensão dos âmbitos econômicos dos trabalhadores negros pós-abolição na cidade de São Paulo é necessário o acesso a diversas fontes documentais, uma dessas fontes são as fichas de admissão nas empresas, são documentos escassos, de difícil acesso, mas fundamentais para a diminuição da lacuna historiográfica sobre essa parcela da população. Muito do que se tem escrito parte de análises dos censos de 1890 e 1940 que possuíam informações sobre raça/cor/etnia dos trabalhadores, entre esse período existem muitas incertezas, nossa pesquisa traz um pouco de indícios sobre o período de 1920 e 1930 por meio da análise de fichas de admissão na Companhia Antártica Paulista (CAP).

A indisponibilidade de fontes para pesquisa é apontada por Álvaro Nascimento (2016), como um fator para o hiato existente na historiografia sobre o trabalhador negro, de acordo com o autor dados de registros de contratação dos trabalhadores das empresas, licenças, regulamentos de funcionamento, biografias dos seus proprietários, homenagens recebidas, entrevistas com descendentes de escravizados e trabalhadores diversos, são possibilidades de investigação.

Após 1888, com a promulgação da lei “Áurea”, ex-escravizados estavam nas ruas, casebres, cortiços, no comércio informal, nas redes de serviço, nos empregos públicos subalternos e nas fábricas, porém foram excluídos destas por uma historiografia que associou a história do trabalho no Brasil e do movimento operário aos imigrantes italianos e anarquistas espanhóis, segundo Flávio Gomes e Petrônio Domingues (2011).

A historiografia da classe operária em São Paulo é focada na presença dos imigrantes, principalmente italianos. Alguns estudos falam apenas da massa de trabalhadores nacionais, mas essa massa possui cor, gênero, dados que pouco aparecem nas pesquisas sobre os trabalhadores pós-abolição da escravatura (Cruz, 1991; Barbosa, 2008). Historiadores sobre a temática da escravidão e do movimento operário têm deixado de lado esse tema, criando uma lacuna nas pesquisas sobre o destino de parte significativa da população.

Com este panorama apresentado, alguns questionamentos vêm à tona. Onde estão os negros na história pós-abolição da escravatura na cidade de São Paulo? Qual o destino de parte da população que saiu das fazendas e foi para as cidades? Foram todos relegados à informalidade? Quais fontes podemos utilizar para buscar respostas a estas indagações? Como forma de responder parcialmente a estes problemas, o objetivo deste artigo é analisar a documentação dos trabalhadores da indústria cervejeira Companhia Antártica Paulista na cidade de São Paulo, entre os anos 1920 e 1930, focando na presença dos negros nesse período da história. Importante frisar o local, pois a empresa teve sua primeira filial na cidade de Ribeirão Preto em 1911, que não será analisada aqui, mas fica como ponto de análise para os demais pesquisadores da história do trabalhador.

Analisar a documentação dos trabalhadores da indústria cervejeira Companhia Antártica Paulista na cidade de São Paulo traz para o debate um sujeito histórico que foi apagado das análises quando se fala do trabalhador pós-abolição da escravatura, que é o trabalhador urbano-industrial negro. As fichas dos trabalhadores da indústria cervejeira são fontes ricas de informação e a análise de seus diversos dados pode contribuir para o entendimento da presença do trabalhador negro no meio urbano e fabril paulistano no início do século XX.

Essas fichas de contratação, como quaisquer outros documentos administrativos, não nasceram com a alcunha de documento histórico, a transformação do “arquivístico” é ponto de partida e a condição de uma história nova (Certeau, 1982). O decreto de 07 de abril de 2006¹ declarou de interesse público e social o acervo documental privado da Companhia Antártica Paulista, trazendo para o debate o alcance da lei de arquivos de 1991 ao tratar de arquivos privados de interesse público, questão muito bem analisada por Talita dos Santos Molina (2018), e que ainda merece novas discussões, afinal o acesso é fundamental para

¹ www.planalto.gov.br. Acesso em: 08 jun. 2023.

novas pesquisas, esta documentação está custodiada pela Fundação Zerrenner².

As análises estão centradas nas fichas de contratação dos funcionários da Companhia Antartica Paulista da matriz na Mooca entre os anos 1920 e 1930, elas estão em três caixas arquivo contendo informações dos funcionários, ordenadas de A - Z, totalizando 2.629 registros. As fichas escolhidas possuem uma foto 3x4 cm do empregado, nome, datas de admissão e nascimento, filiação, estado civil, natureza do cargo, valor do ordenado mensal ou diário, vencimentos ou gratificações, residência, campo para assinatura e observações. Esses dados foram sistematizados em tabelas para que pudéssemos realizar as análises.

As fotografias foram fundamentais para o recorte temporal desse estudo. As fichas não possuem necessariamente campo raça/cor/etnia para a identificação do funcionário, apenas a partir de 1920 as fotografias estão presentes em maior número, sendo possível o exame visual dessas imagens que são em P&B. Estabelecemos a classificação entre negros e brancos, levando em consideração os traços fisionômicos que nos auxiliaram na identificação de origem (cabelos, formato do nariz, cor da pele). O conceito atual de heteroidentificação³ foi essencial na identificação de imagens com mais de 100 anos.

Na série documental analisada, dos 2.629 funcionários da matriz Mooca, apenas 50 são negros. É um universo pequeno, mas a qualidade dos dados é o nosso foco, a história serial não trata apenas de quantidade. Com a pouca presença nesse *corpus* documental, podemos inferir que boa parte dos trabalhadores negros poderia estar fora da legislação trabalhista, desempenhando atividades informais ou por conta própria, o que também foi apontado por Aristeu Lopes (2019).

A pesquisa documental teve um enfoque quantitativo-analítico, verificando o contexto de atuação dos trabalhadores negros dentro de uma indústria em São Paulo no começo do século XX. Seguindo a metodologia da História Serial, fazemos uma análise social através da série constituída, sendo ela o recorte e a essência do objeto da pesquisa.

A História Serial refere-se ao uso de um determinado tipo de fontes (homogêneas, do mesmo tipo, referentes a um período coerente com o problema a ser examinado), e que permitam uma determinada forma de tratamento (a serialização de dados, a identificação de elementos ou ocorrências comuns que permitam a identificação de um padrão e, na contrapartida, uma atenção às diferenças, às vezes graduais, para se medir variações). (Barros, 2011, p.205).

A série documental Fichas de Contratação da Companhia Antartica Paulista, de sua matriz no bairro da Mooca em São Paulo, é homogênea, contendo os mesmos campos para preenchimento, e nos dá indícios da presença de homens negros em diversas funções na empresa. Importante frisar que a série pesquisada não foi construída pela pesquisadora, ela já estava criada dentro dos parâmetros arquivísticos que reconstituem as séries documentais, buscando entender a produção de documentos e ações da empresa.

A análise dos campos das fichas nos trouxe algumas possibilidades de compreensão econômica da cidade de São Paulo entre 1920 e 1930, foco desse artigo.

1. Moradia em São Paulo

Analisando o campo **Residência** na ficha e utilizando a localização via *Google Maps* podemos observar que a maioria desses trabalhadores viveu na região da Mooca, próximos à fábrica matriz. Trazendo novos elementos sobre a localização da população negra na cidade de São Paulo:

Barra Funda, Bexiga e Baixada do Glicério são as regiões onde foram se instalar as várias famílias, com graus distantes ou próximos de parentesco, pessoas recém saídas da zona rural e

² Acervo Fundação Zerrenner. Ver história dessa fundação em: www.contadino.com.br. Acesso em: 28 jun. 2023

³ A palavra heteroidentificação possui em sua composição o prefixo de origem grega hetero, cuja etimologia heteros significa outro. Assim sendo, heteroidentificação é uma identificação a ser realizada por outro, em oposição a auto, que significa si mesmo, como em autodeclaração. A heteroidentificação é um procedimento complementar à autodeclaração que consiste na percepção social de outro(a)(s), além da própria pessoa, para a identificação étnico-racial. Disponível em: ufr.edu.br. Acesso em: 03 dez. 2022.

negros paulistanos, os maridos que desempenhavam pequenos bicos, trabalhavam nos armazéns da E. F. São Paulo Railway e as esposas que trabalhavam como empregadas domésticas nos bairros nobres dos Campos Elíseos, da Paulista e da Liberdade. (Jesus, 2010)

Na década de 1920, nos bairros Barra Funda, Bexiga e Liberdade e alguns pontos da Sé, não só moravam negros como se configuravam territórios negros importantes, como suas escolas de samba, terreiros, times de futebol e salões de baile, de acordo com Raquel Rolnik (2011).

Os dois autores ao tratarem de espaços negros na cidade de São Paulo não trazem a Mooca - como dito por Rolnik, os locais apontados como territórios negros jamais foram exclusivamente negros, podemos inferir que os bairros como a Mooca de tradição italiana, não era exclusivo de italianos, também temos negros na região, trabalhando e morando próximos à fábrica que era localizada na atual Avenida Presidente Wilson, com suas sociabilidades, famílias, fazendo parte do time da empresa, o Antarctica Futebol Clube, por exemplo.

A falta de informações por cor/raça/etnia no censo geral de 1920, apontada por Rolnik, refletindo a concepção racista do período, também é fator para a invisibilidade da população negra na cidade, fazendo novamente com que as fichas analisadas tenham valor para essa compreensão.

Foi construída tradicionalmente a imagem de uma Mooca branca, italiana, apagando os traços da população negra que ali vivia. De acordo com as dimensões que analisamos, temos outras características do bairro e por consequência da cidade.

Também temos os locais de moradia da CAP que estavam próximos à fábrica, os donos de indústria deveriam construir as habitações e vilas operárias afastadas do centro urbano, a CAP na Água Branca antes de sua mudança para a Mooca, terá um conjunto de moradia para alguns funcionários:

A Antarctica criou um parque e também uma vila operária com 24 casas para operários e moradias para gerentes, a “Village da Antarctica”, com uma área de 6000m², artisticamente construídas, formando um agradável e vistoso conjunto no bairro da Água Branca (Bandeira Junior, 1901, p.35).

Quando a CAP se instala na Mooca, passa a usufruir das instalações da Cervejaria Bavaria, que possuía um conjunto de casas para operários. A moradia nas vilas da Companhia era para funcionários de altos cargos, nenhum dos funcionários negros estavam alojados nesses espaços. Francisco de Paula aparece com o endereço Rua da Mooca – Villa – Casa 03, mas não podemos afirmar que era uma vila da CAP, já que na região da Mooca houve a conformação de várias vilas operárias e que farão parte da paisagem urbana da cidade de São Paulo.

No final do século XIX e início do XX, os limites urbanos foram reconfigurados em locais para a elite paulistana e para o proletariado:

Nas duas décadas anteriores, várias chácaras foram loteadas gerando bairros de alto padrão, a começar pelos Campos Elíseos (1879). Higienópolis surgiu em 1890 e, no ano seguinte, foi inaugurada a Avenida Paulista, derivada de um empreendimento conduzido pelo agrônomo uruguaio Joaquim Eugênio de Lima. Concebida como uma subdivisão de luxo no espigão central, ao longo de quase 3 quilômetros, seu desenho inspirava-se em bulevares residenciais europeus, arborizados, definindo-se em grandes lotes destinados às mansões das elites emergentes do comércio internacional do café... recomendava-se que habitações e vilas operárias ‘higiênicas’ fossem construídas por donos de indústrias e empreendedores imobiliários em áreas afastadas. (Pallamin, 2015, p.1)

A segregação social era expressa na localização e nos tipos de moradia. Enquanto a elite e a classe média viviam em mansões e casas próprias, por exemplo, na Avenida Paulista, como Adam von Bülow, um dos acionistas majoritários da Companhia Antarctica Paulista, teremos os trabalhadores da CAP nos bairros próximos a linhas férreas em moradias conjuntas.

Infelizmente, os registros e a documentação divulgada sobre o período tratam quase de forma exclusiva do empenho da elite em construir uma cidade “moderna”, de aparência europeia. É muito mais comum encontrar-se um relato de um detalhe da construção de um imponente edifício público ou privado, neoclássico ou eclético, do que uma rápida descrição de habitações populares. (Bonduki, 2017, p.29)

Entre os funcionários negros analisados, 50% moravam na região da Mooca próximos à fábrica da CAP. Como apontado por Nabil Bonduki (2017), existe dificuldade em encontramos informações precisas sobre o tipo de moradia da população menos favorecida na cidade, através das fichas não podemos afirmar o tipo de habitação, se eram pensões, cortiços, porões, casas alugadas etc. Podemos perceber que oito deles moravam no mesmo endereço e muitos eram vizinhos, com predominância na Rua Guaratinguetá e na Rua João Antonio de Oliveira. Podemos observar na tabela 1 abaixo, em **negrito** os endereços iguais:

Tabela 1. Relação de endereços

Nome	Endereço	Bairro
José Gonçalves	Rua Doutor Almeida Lima, 271	Mooca
João Paulo Rodrigues	Rua Doutor Almeida Lima, 271	Mooca
Benedicto Ignacio dos Santos	Rua Guaratinguetá, 14	Mooca
Vital Candido	Rua Guaratinguetá, 14	Mooca
José Pedro	Rua Guaratinguetá, 29	Mooca
Sebastião Pedro	Rua Guaratinguetá, 29	Mooca
Joaquim Lourenço	Rua Guaratinguetá, 32	Mooca
Joaquim Custódio	Rua Guaratinguetá, 40	Mooca
Benedicto José Pedro	Rua João Antonio de Oliveira, 29	Mooca
José Evangelista Menezes	Rua João Antonio de Oliveira, 75	Mooca
Luiz Bento	Rua João Antonio de Oliveira, 113	Mooca
Raul Alves Ferreira	Rua João Antonio de Oliveira, 121	Mooca
Antonio Alves dos Reis	Rua Marina Crespi, 21	Mooca
Martinho Rodrigues	Rua Marina Crespi, 21	Mooca

Fonte: Elaboração da autora.

Abaixo imagens das fichas de dois funcionários que moravam na rua Guaratinguetá, nº 29.

Figura 1. Funcionários que moravam na rua Guaratinguetá.



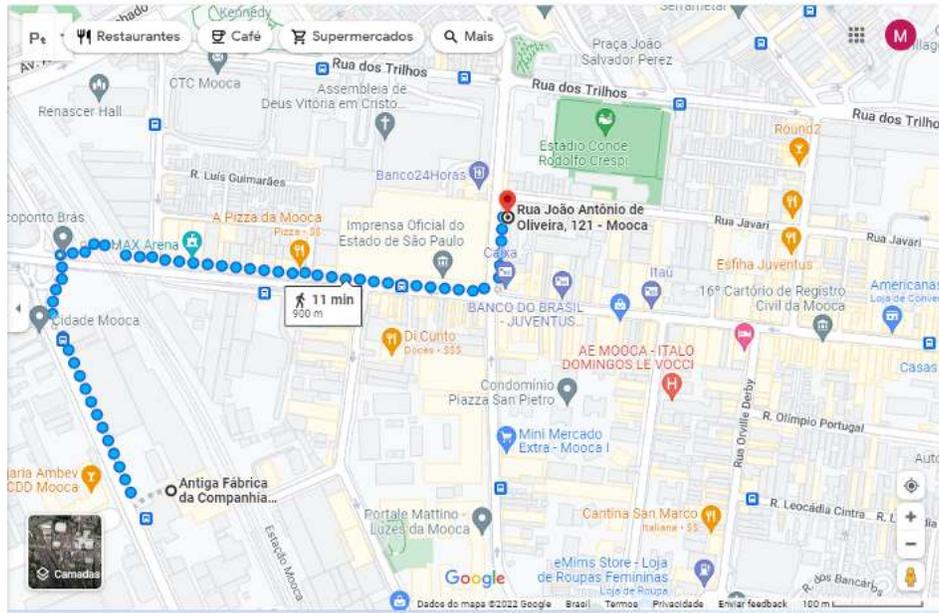
Fonte: Acervo Fundação Zerrener. ⁴

A cidade de São Paulo passará por diversas transformações urbanas entre os anos 1920 e 1930, tendo como eixo o saneamento e controle social abarcando governo municipal, associação dos industriais, movimentos sociais e governo federal. Segundo Teresa Caldeira (2003) as diversas mudanças expulsarão o trabalhador urbano do centro, empurrando-o cada vez mais para a periferia:

O mais famoso empreendimento urbanístico do governo municipal no começo do século levou a uma transformação do padrão de segregação e representou uma mudança na concepção da intervenção do Estado no planejamento urbano. Foi o Plano de Avenidas, elaborado por Francisco Prestes Maia durante a administração de José Pires do Rio, o último prefeito da República Velha... Ele exigiu uma considerável demolição e remodelação da região central, cuja zona comercial foi reformada e aumentada, estimulando a especulação imobiliária. Conseqüentemente, os trabalhadores que não podiam pagar os elevados aluguéis acabaram expulsos do centro. O Plano de Avenidas também optou por investir nas ruas em vez de expandir o serviço de bondes. Uma das principais causas da concentração da cidade era que o transporte coletivo baseava-se no sistema de bondes, que requeria instalações caras e, portanto, expandia-se lentamente. Porque esse sistema cobria apenas uma pequena área da cidade, era difícil desalojar os moradores pobres do centro da cidade, onde trabalhavam. O lançamento de um sistema de ônibus, associado à progressiva abertura de novas avenidas, possibilitou a expansão da cidade em direção à periferia. (CALDEIRA, 2003, p. 216-217)

⁴ As tarjas são da autora.

Figura 2. Google Maps região da Mooca



Fonte: Pesquisa Google Maps⁵

O mapa atual via *Google Maps* nos auxilia a perceber a distância entre o endereço de um funcionário e a fábrica, cerca de 11 minutos caminhando. Morar próximo se torna estratégia para não ter que arcar com custos e a dependência de transportes públicos incipientes, e com os valores altos de moradia em outras partes da cidade.

A construção das linhas férreas facilita não apenas a instalação das indústrias, mas também da população, facilitando a migração e o deslocamento pela cidade. De acordo com Margarida Maria de Andrade (1991) a inauguração de duas estações ferroviárias no Brás entre 1867 e 1877 facilitou o estabelecimento de imigrantes e migrantes vindos do interior de São Paulo e outros lugares do país para as imediações do bairro.

No jornal da imprensa negra *O Clarim da Alvorada*, na sétima edição em 12 de outubro de 1924, no texto “A Vida”, Moysés Cintra, pseudônimo de Jayme de Aguiar, fala sobre as transformações na cidade. Segundo o autor o pobre trabalhador não pode morar perto da cidade e vive lutando para manter a família.

A carestia dos aluguéis é grande fator para a escolha do local das moradias. Segundo Moysés Cintra, no mesmo texto de 12/10/1924 o proprietário aumentava o aluguel sem compaixão, assim as pessoas iam morar cada vez mais longe. Para não padecer das irregularidades dos proprietários a única opção seria ter a própria casa, dessa maneira, no seu texto passa a falar sobre economia, como o trabalhador com seu salário poderia economizar e adquirir a casa própria.

As diferenças entre as casas dos operários e da burguesia cafeeira e dos industriais é analisada por Pasquale Petrone:

Nos bairros, predominavam as habitações de aspectos modestos, de um só pavimento, geralmente possuindo porões, dando diretamente para a rua e obedecendo a um estilo mais ou menos padronizado, sem nenhum encanto arquitetônico; assim eram as moradias da classe média e da população operária, de que perduram numerosos exemplos, notadamente na Bela Vista, em Vila Buarque, em Santa Ifigênia, na Barra Funda, no Bom Retiro e no Brás. Em contraposição, nos bairros aristocráticos predominavam as grandes, mansões senhoriais e os ricos palacetes dos milionários do café e "capitães da indústria" da Paulicéia de então... (Petrone, 1955, p.146)

⁵ Pesquisa realizada pela autora no buscador de *Google*, como referência Antiga Fábrica da Companhia Antarctica Paulista e a Rua João Antonio de Oliveira, realizada em: 09 mai. 2022.

A escolha da moradia a ser alugada dependerá da renda dos operários, aqueles com melhor remuneração alugavam casas nas vilas operárias ou em casas unifamiliares de conjuntos, aqueles com pior remuneração alugavam um cômodo nos cortiços, de acordo com Maura Pardini Bicudo Vêras (1994).

A precariedade da moradia é uma constante nas análises desse período, as moradias dos operários sempre foram inadequadas e insuficientes, caras e apresentavam baixo padrão habitacional. A autora Maria Auxiliadora Guzzo De Decca (1991) traz um trecho do jornal O Internacional que traz a seguinte visão:

... o pobre mora nos cortiços do Brás, da Mooca, da Lapa, do Bom Retiro, em Vila Guilherme ou Vila Maria, que são atingidas pelas enchentes do Tietê todos os anos. Os bairros pobres são “calçados” de poeira ou “asfaltados” de lama quando chove... (18/4/1927)

Mesmo não podendo afirmar o tipo de moradia dos trabalhadores da CAP, temos um panorama da situação habitacional dos operários e pobres da cidade de São Paulo. Os baixos salários são indicativos de que esses funcionários não poderiam arcar com casas próprias, por isso temos a presença de endereços iguais, era a possibilidade de poder morar próximo à fábrica e não onerar muito o salário com a habitação.

Analisar o simples campo Residência da ficha, nos faz perceber que a Mooca não era apenas branca italiana, rostos negros circulavam no bairro, fazendo parte da multiplicidade de trabalhadores da região e corrobora as teses sobre precariedade da moradia do proletariado.

2. Profissão, Salário e Custo de Vida

Por meio dos campos **Cargo** e **Ordenado** podemos fazer as relações salariais e analisar as ocupações que eram destinadas aos negros na CAP, verificaremos a partir da tabela 2.

Tabela 2: Relação cargo x salários

Nome	Cargo	Salário	Data de Admissão
Albano Francisco	Ajudante	6\$900 por dia	10/08/1926
Antonio Alves dos Reis	Engarrafador	1\$000 por hora	05/10/1925
Augusto Lima	Servente de Pedreiro	900 por hora	03/08/1926
Antonio Soares	Operário	1\$200 por hora	10/05/1911
Aristides Franco	Pintor	1\$000 por hora	05/01/1924
Antonio Joaquim	Ajudante	7\$000 por dia	07/02/1927
Benedicto de Souza	Ajudante	6\$900 por dia	19/08/1925
Benedicto José Pedro	Operário	0\$900 por hora	23/04/1927
Benedicto Francisco Fortunato	Ajudante	7\$000 por dia	13/12/1926
Benedicto Ignacio dos Santos	Ajudante	s/i	02/10/1926
Benedicto Braz	<i>Chauffeur</i>	410\$000	14/06/1926
Benedicto Costa	<i>Chauffeur</i>	380\$000	05/10/1923
Cornelio Bento Felipe	Ajudante	7\$000 por dia	05/10/1926
Capitulino de Mello	Operário	0\$800 por hora	18/09/1923

Continua na próxima página

Tabela 2: Relação cargo x salários (Cont.)

Domingos Ramos de Aguiar	Ajudante	7\$000 por dia	22/12/1926
Edgar da Silva	Ajudante de cocheira	7\$000 por dia	26/03/1927
Elias Freitas da Silva	Carpinteiro	1\$400 por hora	10/05/1922
Emilio Alves	<i>Chauffeur</i>	340\$000	09/11/1926
Euclides Moreira	Operário	1\$100 por hora	08/12/1911
Ezequiel Ramos	Ajudante	7\$000 por dia	15/09/1926
Fausto de Oliveira	<i>Chauffeur</i>	410\$000	13/03/1914
Francisco de Paula	Ajudante	7\$000 por dia	05/11/1919
Izaltino Felicio Borba	<i>Chauffeur</i>	405\$000	07/09/1926
José Soares de Souza	Lavador de garrafas	0\$900 por hora	07/12/1926
José Emílio da Conceição	Pintor	1\$000 por hora	24/03/1927
José Evangelista Menezes	Selleiro	1.500 por hora	07/05/1920
José Gonçalves	Ajudante	7\$000 por dia	18/02/1927
José Alves Monteiro	Funileiro	1\$600 por hora	09/12/1926
José Maria dos Santos	<i>Chauffeur</i>	340\$000	05/10/1926
José Pedro	Ajudante	s/i	06/12/1924
Joaquim Custodio	Operário	0\$520 por hora	11/02/1925
Joaquim Lourenço	Ajudante	8\$500 por dia	30/07/1919
Joaquim Silveira	Ajudante	6\$900 por dia	24/08/1925
João Antonio Rosario	Operário	0\$900 por hora	17/03/1927
João Galdino dos Santos	Operário	0\$900 por hora	02/06/1927
João Chrispim	Escriturario	200\$00	06/04/1926
João Fortunato Mathias	Cocheiro	285\$000	01/07/1923
João Paulo Rodrigues	Ajudante	7\$000 por dia	16/11/1926
José Raymundo	Ajudante	8\$000 por dia	10/10/1923
Luiz Bento	Servente	0\$900 por hora	13/07/1922
Martinho Rodrigues	Ajudante	7\$000 por dia	04/10/1926
Napoleão da Silva	Operário	0\$900 por hora	08/02/1909
Octavio d' Oliveira	Operário	0\$950 por hora	25/02/1925
Oscar Domingos Ferreira	Ajudante	s/i	30/11/1926
Ovidio Venancio	Ajudante	6\$900 por dia	05/08/1925
Ozorio Romano	Fiscal	550\$000	25/12/1911
Raul Alves Ferreira	<i>Chauffeur</i>	340\$000	02/02/1927
Roberto de Oliveira Salles	Marceneiro	1\$400 por hora	27/08/1925
Sebastião Pedro	Operário	0\$900 por hora	02/06/1927

Continua na próxima página

Tabela 2: Relação cargo x salários (Cont.)

Vital Candido	Ajudante	242\$000	05/01/1925
---------------	----------	----------	------------

Fonte: Elaboração da autora.

Verificamos que o salário de Ajudante não teve reajuste no período de um ano, Ovidio Venancio foi contratado em agosto de 1925, Albano Francisco foi contratado em agosto de 1926 e o pagamento diário é o mesmo 6\$900. Porém, o português Antonio da Conceição foi contratado como Ajudante em junho de 1926 com o salário diário de 7\$000. É uma pequena diferença, mas ela existe, demonstrando que na realidade houve um aumento salarial para a função, que não foi repassada para Albano contratado um mês depois de Antonio.

É preciso também lembrar que a permanência dos(as) negros(as) nos centros mais desenvolvidos do país resultou na sua experimentação das situações que retratam a problemática do subdesenvolvimento do mercado de trabalho brasileiro, qual sejam, o excedente de força de trabalho, o desemprego, a informalidade, os diminutos salários e a desigualdade de remuneração. (Martins, 2012, p.127)

Em 1923 o também português Antonio da Costa contratado como Ajudante recebia um salário ainda maior que os demais, 7\$600 por dia. Albano e Ovidio, mesmo sendo alfabetizados, foram contratados com salário menor que o português Antonio Moraes, não alfabetizado, contratado em 1925 na mesma função com diária de 7\$200. O espanhol Antonio Oredas Peres, não alfabetizado, foi contratado em 1924 com diária de 7\$900 para exercer a mesma função que os demais. Constante Morolo, nascido em Campinas, foi contratado em 1924 com diária de 7\$300.

Somente em 1943, com a criação das Consolidações das Leis do Trabalho (CLT), fica proibida a distinção salarial entre nacionais e estrangeiros que exercem a mesma função.

Podemos depreender que não existia um padrão salarial, no país o salário-mínimo será estipulado em julho de 1940, pelo Decreto Lei 2.162, em 240 mil réis mensais. Além da falta de padrão, brancos estrangeiros e nacionais, letrados ou não, possuíam salário maior que os negros letrados exercendo as mesmas funções, como apontado por Martins (2012). Os negros na cidade de São Paulo, grande centro urbano, vivenciaram a disparidade salarial e sempre com as menores remunerações.

Confirmando a desvantajosa situação econômica de mão-de-obra liberta e desocupada, os dados da pesquisa denunciam que os negros recebem rendimentos de trabalho bem inferiores aqueles recebidos pelos brancos. Reproduzem-se, assim, as precárias condições de vida população negra. (Chaia, 1988, p.39)

Mesmo empregados de maneira formal, as condições dos trabalhadores negros são em grande parte distintas dos trabalhadores não-negros, fazendo com que esse extrato populacional viva em condições precárias.

No censo de 1920 temos a informação salarial dos operários das indústrias separados apenas entre sexo masculino e feminino, menores e adultos. 13,6% da população masculina adulta referenciada recebia entre 6\$000 e 7\$900 pela diária o que corresponde à média salarial, já que a soma dos que recebiam valores acima correspondia a apenas 10,8% e a soma dos que recebiam abaixo chega a 31,5%. O censo não traz menções raciais, com a análise das fichas de contratação dos funcionários da CAP podemos ter uma dimensão de discriminação salarial. Apenas em 1940 o quesito cor ou raça volta a ser parte do questionário censitário.

Entre os cargos temos a presença de *chauffeur*. O exercício dessa profissão dentro da empresa, por exemplo, acarretaria maiores facilidades do que aos autônomos, pois não arcariam com o alto preço do combustível, dos acessórios importados para os carros e a obediência da lei 2.264 de 13 de fevereiro de 1920, que dispunha sobre a inspeção e fiscalização do trânsito de veículos no município de São Paulo. Em 1920

temos um abaixo-assinado para a câmara municipal feito pelo Centro Internacional da Luz, associação que possuía em seu quadro inúmeros *chauffeurs*, expondo a situação dessa classe de trabalhadores autônomos:

...o proprietario de automovel mal ganha hoje para a manutenção da sua propria subsistência. Em geral, não têm os que fazem parte do côro dos accusadores e inimigos da classe, uma noção exacta do que seja proprietario de automovel nos tempos que correm.

São multiplas, Exmo. Snr., as causas determinantes da actual crise que a classe atravessa. Porém, avultam sobre todas e merecem ser estudadas com mais detalhes; a alta da gazolina, a alta dos accessorios, e a observancia rigorosa da lei 2264 de 13 de Fevereiro de 1920. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 23 de outubro de 1920)

Nesse cargo temos sete funcionários na CAP, sendo a profissão com o segundo maior salário mensal entre os negros. O exposto no abaixo-assinado não atingiria os que estavam dentro da indústria; a autonomia e a posse de um bem como um carro não acarretavam necessariamente em melhor qualidade de vida; a profissão tinha certo prestígio na sociedade, apenas famílias ricas possuíam motorista, mas os donos de carros de praça tinham que arcar com:

...leis, regulamentos, inspeções, certidões, licenças, habilitações, taxas, multas, acidentes, seguros, preço da gasolina, custos de manutenção, longas horas de trabalho diário, além do tempo despendido com o atendimento da burocracia municipal e os desentendimentos com a concessionária dos serviços de transporte público. (SÃO CRISTÓVÃO 100 ANOS, 2011, p.25)

Os requerentes do Centro Internacional da Luz, informado anteriormente, criticam a visão de que quem possuía um carro era sempre um burguês. Pelo contrário, muitos tentavam sobreviver com o salário adquirido após 15 horas ou mais de trabalho extenuante, tendo que arcar com itens. De acordo com a tabela da *Goodyear* (empresa estadunidense que vendia artigos de borracha) anexa ao abaixo-assinado de 1920, itens poderiam custar mais que um salário da época: um pneu de lona chegava a alcançar a cifra de 497\$000. Na CAP Benedicto Braz recebia em 1926 o equivale a 410\$000 réis, salário menor que de um pneu da *Goodyear*.

Não possuímos dados dos ganhos salariais desses motoristas de praça, mas é possível depreender que deveriam trabalhar arduamente pela cidade para conseguirem arcar com todas as despesas para a manutenção dos carros e se manterem-se com os gastos de moradia, alimentação, vestuário etc. O trabalho dentro da indústria poderia trazer mais segurança, e no caso supomos que a autonomia viria ao saber que ao final do mês receberiam um salário fixo e não teriam que arcar com itens vultuosos para o exercício da profissão.

O maior número de *chauffeurs* em relação aos trabalhos de cocheiro e ajudante de cocheira pode estar ligado ao aumento do uso do automóvel na cidade, fazendo com que o transporte de tração animal diminuísse gradativamente. De acordo com Heloísa Cruz (1991), o cocheiro recebia salário inferior, como também pudemos constatar através da documentação. Benedicto Costa contratado como *chauffeur* em 1923 recebia 380\$000 réis por mês, enquanto o cocheiro João Fortunato Mathias recebia no mesmo ano o equivalente a 285\$000 réis mensais, o ajudante de cocheira Edgar da Silva em 1927 recebia 7\$000 réis por dia, muito abaixo dos demais. A Companhia acompanhava o dinamismo da cidade, substituindo gradualmente as carroças por caminhões, permitindo percorrer maiores distâncias e o aumento das cargas.

Não existia regulamentação salarial como já apontado, podemos perceber através das contratações de Ernesto Carnaval (branco nacional) contratado em 1921 como *chauffeur* com o salário de 340\$000 réis, e Emilio Alves (negro) contratado em 1926 com o mesmo salário.

Figura 3. Fichas de Emilio Alves e Ernesto Carnaval



Fonte: Acervo Histórico Fundação Zerrenner.

Uma das funções realizada nos escritórios da CAP era a de escripturário. Encontramos uma grande divergência salarial ao analisar as fichas, todos contratados em 1926 para o mesmo cargo, como podemos verificar tabela 3 abaixo:

Tabela 3. Comparação salarial

Nome	Nacionalidade	Salário em réis	Cargo
Carlos Voelker	Alemão	300\$000	Esripturário
Frederico Krenzig	Austríaco	320\$000	Esripturário
Hana Petzet	Alemão	800\$000	Esripturário
Hermann Meckler	Letão	375\$000	Esripturário
Horacio Azevedo Ribeiro	Brasileiro	125\$000	Esripturário
João Chrispim	Brasileiro (negro)	200\$000	Esripturário
Odilon Cunha Lima	Brasileiro	275\$000	Esripturário
Orlando Lefevre	Brasileiro	400\$000	Esripturário

Fonte: Elaboração da autora.

É evidente a divergência salarial, percebemos que o trabalhador nacional tinha o menor salário; entre os estrangeiros, o alemão tinha o salário maior que os demais, o único negro que é João Chrispim tinha um dos salários mais baixos. Talvez as atividades fossem distintas, mas englobadas no mesmo cargo de escriturário. Porém, como não temos essas definições nas fichas, nos cabe apontar para o fato de que o funcionário, mesmo atuando nos escritórios da empresa, alfabetizado, terá o salário diferenciado de acordo com sua nacionalidade - a empresa foi criada por alemães, nesse cargo analisado será a nacionalidade com maiores ganhos mensais. Estudos como o de Flávio Rabelo Versiani (1993), que faz tabelas salariais utilizando o censo de 1920, traz informações entre mão de obra qualificada e não qualificada, porém, não existe a diferenciação entre salário de nacionais e estrangeiros, o que é demonstrado pela nossa documentação.

Figura 4. Ficha de João Chrispim, único negro “escripturario”

Cia. Antarctica Paulista

Nome J

Data da admissão de 19 26

Nascido a 19 de 1909

Logar do nascimento iro

Filho de de e de

Estado civil

Natureza do cargo rario

Ordenado mensal Diaria

Vencimentos ou gratificações

Porcentagens

Residencia Rua Joaquim Carlos, 132

Assignatura do empregado João Chrispim

Observações

Fonte: Acervo Histórico Fundação Zerrenner.

Selecionamos apenas alguns escriturários para exemplificar, mas de todos os ingressantes analisados, como já dito, apenas João Chrispim era negro, nascido no Rio de Janeiro. Contratado antes de completar

17 anos, alfabetizado como era exigido para a função, provavelmente com uma educação voltada para o exercício profissional, podendo alcançar um cargo que era composto majoritariamente por brancos nacionais e estrangeiros.

Os negros alcançaram algumas vagas na indústria cervejira paulistana, mas os cargos com melhores salários e posição eram dos estrangeiros e nacionais brancos: o inglês Miguel Bove foi contratado em 1923 como Fabricante de Licores, ganhando 1:000\$000 (um conto de réis); o brasileiro Moacyr Sampaio, natural do Rio de Janeiro era viajante, com salário de 1:800\$000 em 1926. O presidente da diretoria ganhava em 1922 o equivalente a 3:500\$000 (três contos e quinhentos mil réis), demais diretores recebiam 1:000\$000, além de porcentagem sobre os lucros líquidos da empresa; em 1924 com alegação de sobrecarga de trabalho, é solicitada alteração salarial para 5:000\$000 réis na posição de presidente da diretoria e 3% dos lucros líquidos, 2:500\$000 réis e 2% dos lucros para os demais diretores.⁶ Esses valores demonstram a grande disparidade salarial entre funcionários e a diretoria, que além dos salários contavam com porcentagens que não eram repassadas aos demais. Não havia negros em cargos de direção.

Não tivemos acesso a documentos que informem como as vagas eram disponibilizadas, como era a contratação, as escolhas para os cargos, só temos esses exemplares de quem foi contratado. Novas pesquisas no acervo custodiado pela Fundação Zerrenner podem ampliar o entendimento sobre as formas de acesso na empresa.

Analisando os salários podemos tentar compreender os acessos possíveis dentro da sociedade paulistana. Os salários eram compatíveis para aquisição dos bens básicos para a sobrevivência decente dos trabalhadores?

A situação dos operários entre os anos de 1920 e 1930 é descrita como de miserabilidade por Maria Auxiliadora Guzzo De Decca (1991), os salários eram baixos e desproporcionais em relação ao custo de vida. Nessa época existe uma heterogeneidade salarial; parte do salário era para pagar moradias precárias e a alimentação consumia a maior parte, limitando a possibilidade de despesas com outros itens como vestuário, saúde, lazer e instrução, revelando um baixo padrão de vida.

Uma das fontes analisadas por Decca (1991), informa que em 1913 os salários não passavam de 1\$000 ou 2\$000 réis por dia os grandes salários eram de 3\$000 ou 4\$000 réis; havia dificuldade em se viver, pois o valor não era suficiente nem para a metade das despesas mais indispensáveis, como alimentação, vestimentas, moradia; o documento cita como exemplo o valor do aluguel de uma pequena habitação sem ar e nem luz que custava 50 mil réis mensais.

Temos poucos registros de empregados da CAP antes de 1920. Analisando apenas se os valores dos ingressos do Cassino eram possíveis de serem pagos por um funcionário negro, temos como exemplo o *chauffeur* Fausto de Oliveira, contratado em 1914 com salário mensal de 410\$000 réis, um salário alto para a época, temos também o caso excepcional de Ozório Romano, contratado em 1911 com o salário de 550\$000 réis. Em 1914 os ingressos para o Cassino Antartica custavam 12\$000 para as frisas, 10\$000 para camarotes, 5\$000 para as cadeiras de primeira classe, 2\$000 os ingressos simples e 1\$000 para as galerias, segundo Diógenes Sousa (2017). Talvez Fausto ou Ozório, com seus salários, poderiam ter um momento de lazer no Cassino, caso fossem de suas vontades e não houvesse demais necessidades que os impedissem, mas já sabemos que esses espaços eram frequentados pela elite branca paulistana, não pela classe trabalhadora.

O operariado frequentava sociedades recreativas dançantes, clubes de futebol, bares, casas de jogos e apostas; de acordo com Decca (1991), os novos espaços que estão surgindo na cidade como os parques, teatros, cinema, não são apontados como locais de lazer do proletariado.

Em depoimento para Teresinha Bernardo (1998), senhora Francisca conta um pouco sobre a situação de precariedade:

durante mais de 15 anos o meu salário dava para ajudar a minha mãe pagar o quarto e comprar comida. Não sobrava quase nem para o bonde. Roupas, nem é bom falar. Usava roupa usada que as freguesas davam para minha mãe. (Bernardo, 1998, p. 55)

⁶ Relatório da Directoria, aprovado em 11 de março de 1924. Acervo Fundação Zerrenner.

O aumento do custo de vida é analisado por Boris Fausto (2016). Segundo o autor os fatores se davam pela especulação comercial, pressões inflacionárias internas e a elevação dos preços internacionais; entre 1917 e 1921 a classe operária sofreu séria redução de seu salário real.

Em 1928 o jornal “O Trabalhador Gráfico” analisado por Decca (1991) demonstra a situação das vestes dos operários: com o salário baixo que mal dava para a alimentação, muitos não podiam comprar um terno completo, operários andavam sem roupa de baixo, sem meias e sem sapatos, a maioria andava de chinelos. Nas fotografias que temos dos trabalhadores da CAP todos estão em trajes sociais, provavelmente por ser a ficha de registro, então um esforço deve ter sido feito para adquirir uma roupa adequada para aquele momento. Não podemos afirmar como eram as condições no dia a dia, mas com base nos salários podemos inferir que a situação não fugiria aos padrões dos demais trabalhadores urbanos fabris da cidade de São Paulo.

3. Considerações Finais

Por meio da história serial foi possível analisar as fichas de contratação, trazendo dados quantitativos e qualitativos para corroborar a importância da presença negra na indústria paulistana no pós-abolição. Uma ficha que dentro da arquivologia teve sua importância administrativa, que era fazer o registro de entrada de um funcionário, ao permanecer preservada por mais de 100 anos, se transforma em um documento histórico possível de descortinar vários elementos para a construção de uma história do trabalho mais plural, tratamos de moradia, cargos e salários.

Na história serial a qualidade da informação é mais importante que a quantidade, afinal foram poucos negros localizados nas mais de 2 mil fichas, mas trazem possibilidades inestimáveis de conhecimento e aprofundamento da história do povo negro na cidade de São Paulo.

As fotografias 3x4 cm coladas nas fichas foram fundamentais para essa análise e um avanço na escrita da historiografia, já que dados sobre raça/cor/etnia não estavam presentes nesses documentos trabalhistas. George Andrews (1988) expôs sua dificuldade ao pesquisar documentos dos funcionários das empresas Jafet e *Light and Power*, as informações se limitavam ao local de nascimento, sendo possível saber se eram nacionais ou estrangeiros, dentre os nacionais o autor fez inferências sobre uma parcela ser negra. Analisando a documentação da CAP foi possível afirmar a presença negra, temos os rostos de quem compôs essa parcela de funcionários na maior indústria cervejeira da cidade de São Paulo.

A historiografia sobre os trabalhadores na cidade de São Paulo deixou de lado um sujeito histórico. Quando se trata de operários fabris, ou com a ampliação de estudos, tratando de outras formas de trabalho além das fábricas, como trabalhos informais pela cidade, os negros e as negras não foram incluídos como parte dessa composição proletária na cidade no pós-abolição, neste sentido, a pesquisa contribui para o estudo desses sujeitos, aqui inseridos no mercado de trabalho formal.

Em São Paulo existe uma ideia da Mooca puramente italiana. Carlos José Ferreira dos Santos (2017) já demonstrou em sua pesquisa que nem tudo era italiano. No presente artigo podemos ver outra possibilidade de moradores da Mooca, rostos negros, migrantes do interior do estado de São Paulo que se instalaram nas franjas das ferrovias e se tornaram funcionários da CAP.

As fichas, que inicialmente eram para comprovar uma existência dentro do mercado de trabalho formal, revelaram um universo de possibilidade de pesquisas, vários indícios foram apontados, o que nos leva a pensar sobre a necessidade de mais estudos com esse tipo de fonte. A história do trabalhador pode e deve ser contada por meio delas. A preservação e difusão dos acervos das indústrias deve ser discutido, sem documentos não temos história.

Um poema de Waly Salomão (2014), nos diz que a memória é uma ilha de edição: escolhemos o que lembrar, o que esquecer, o que guardar, o que jogar fora, é uma construção feita de muitas partes, e para

a história econômica do trabalho falta uma parte importante na construção dessa memória. Com essa documentação conseguimos minimamente contribuir com a inserção de uma peça nesse grande quebra-cabeça que é a nossa história.

4. Referências

4.1 Fontes

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Abaixo assinado dos proprietários de automóveis**. 23 de outubro de 1920. Disponível em: documentacao.saopaulo.sp.leg.br. Acesso em: 04 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.162, de 1º de Maio de 1940**. Institue o salário mínimo e dá outras providências. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em: 13 abr. 2022.

O Clarim da Alvorada. São Paulo. Número 7, 12 out. 1924. Disponível em: biton.uspnet.usp.br. Acesso em: 06 nov. 2022.

SÉRIE FICHAS DE CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA. Caixas nº 33, 34 e 35. Grupo Antarctica. Acervo Fundação Zerrenner.

SÃO CRISTÓVÃO 100 ANOS. São Paulo, 2011. Disponível em: issuu.com. Acesso em: 05 mai. 2022.

4.2 Bibliografia

ANDRADE, Margarida Maria de. **Bairros além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Moóca e Belenzinho**. 1991. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. Disponível em: www.teses.usp.br. Acesso em: 06 nov. 2022.

ANDREWS, Georg Reid. **Negros e Brancos em São Paulo (1888 – 1988)**. Tradução: Magda Lopes; revisão técnica e apresentação: Maria Lígia Coelho Prado. Bauru, São Paulo: EDESC, 1988.

BACELLAR, Carlos de A. P. Fontes documentais uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 23-80.

BANDEIRA JUNIOR, Antonio Francisco. **A Indústria no Estado de São Paulo em 1901**. São Paulo: Typ. Do Diario Official, 1901.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O Mercado de Trabalho antes de 1930: Emprego e “desemprego” na cidade de São Paulo. **Novos Estudos**, n. 80, março de 2008. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 14 abr. 2021.

BARROS, José D’Assunção. Os Campos da História – uma introdução às especialidades da História. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.16, p. 17 -35, dez. 2004. Disponível em: www.fe.unicamp.br. Acesso em: 27 jun. 2023.

BERNARDO, Teresinha. **Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo**. 1. reimpressão. São Paulo: EDUC: Editora UNESP, 2007.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 7 ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2017.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. Trad. port. 2. ed. São Paulo: Edusp, 34, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAIÁ, Miguel W. Negro: entre o trabalho forçado e o trabalho restrito. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação Seade. 1988 2(2), p. 38 – 43. Disponível em: produtos.seade.gov.br. Acesso em: 26 nov. 2022.

CRUZ, Heloisa de Faria. **Trabalhadores em serviços: dominação e resistência (São Paulo – 1900/1920)**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1991.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo De. **Indústria, trabalho e cotidiano**: Brasil 1889 a 1930. São Paulo: Atual, 1991.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: 1890 - 1920**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GOMES, Flávio; DOMIGUES, Petrônio (Org). **Experiências da Emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.

JESUS, Edson Roberto de. Bamo Sambá. **Revista Histórica**, n. 40, 2010. Disponível em: www.historica.arquivoestado.sp.gov.br. Acesso em: 06 mar. 2022.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. Os trabalhadores negros em 3x4: fotografia, história do trabalho e pós-abolição. Pelotas-RS, 1933 - 1944. In: **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 11, p. 1-24, 2019. Disponível em: periodicos.ufsc.br. Acesso em: 26 jun. 2023

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **Racismo no mercado de trabalho**: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da 'questão social' no Brasil. Recife, 2012. 222 f. Tese (doutorado) - UFPE, Centro Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2012. Disponível em: repositorio.ufpe.br. Acesso em: 26 nov. 2022.

MOLINA, Talita dos Santos. **Arquivos privados e patrimônio documental**: o Programa de Preservação da Documentação Histórica – pró-documento (1984-1988). 2018. 237 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: tede2.pucsp.br. Acesso em: 03 dez. 2022.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores Negros e o “Paradigma da Ausência”: Contribuições à História Social do Trabalho. **Estudos Históricos**, v. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez. 2016. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 28 jun. 2023.

PALLAMIN, Vera. **Espaços urbanos no despontar da metrópole paulistana**: cisões, transformações, usos e contrastes. 2015. Disponível em: www.researchgate.net. Acesso em: 09 mai. 2022.

PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. In: **Revista de História**, [S. l.], v. 10, n. 21-22, p. 127-170, 1955. Disponível em: www.revistas.usp.br. Acesso em: 6 nov. 2022.

ROLNIK, Raquel. Território negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: FONSECA, M. V. et al. (Orgs). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Mazza Edições, 2011, p. 75 – 90.

SALOMÃO, Waly. **Poesia total**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza (1890- 1915). São Paulo: Annablume, 1998.

SOUSA, Diógenes Rodrigues de. **Cidade e Cerveja**: Companhia Antártica Paulista e Urbanização em São Paulo. 2017. 142 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP, 2017. Disponível em: tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br. Acesso em: 13 abr. 2022.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Cortiços no Brás: velhas e novas formas da habitação popular na São Paulo industrial. In: **Análise Social**, vol. XXIX (127), 1994 (3º), 599-629. Disponível em: analisesocial.ics.ul.pt. Acesso em: 06 nov. 2022

VERSIANI, Flávio Rabelo. Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio e São Paulo no início do século. In: **Revista de Economia Política**, v. 13, n. 4, out – dez, 1993, p.77-96. Disponível em: www.rep.org.br. Acesso em: 19 mai. 2022.